



**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**

**SECRETARIA DEMANDANTE:** Secretaria Municipal de Obras.

**NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO:** Contratação de empresa especializada para fornecimento de óleo lubrificante PCI 10W30, para transmissão, destinado à manutenção preventiva e corretiva dos veículos e máquinas pertencentes a frota da Secretaria Municipal de Obras do Município de Pontão/RS.

**1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** O fornecedor será selecionado por meio da realização de processo de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com **Critério de julgamento:** pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**, **Fundamento Legal:** Artigo 75, II, da Lei 14.133/2021.

**2. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:**

- O quantitativo corresponde à demanda justificada no Documento de Formalização de Demanda da Secretaria requisitante.
- O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme o Decreto Federal nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- O item que compõem esta contratação direta têm natureza comum, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo Termo de Dispensa, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- Segue abaixo, planilha contendo maior detalhamento da contratação:

Item	Descrição	Ref.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	Óleo PCI 10W30 – balde 20 litros	balde 20L	05	R\$ 579,00	R\$ 2.895,00
<b>TOTAL: Dois mil oitocentos e noventa e cinco reais</b>					<b>R\$ 2.895,00</b>

e) O prazo de vigência do contrato será de 30 (trinta) dias, contados de sua assinatura e poderá ser prorrogado, por igual período, conforme Lei 14.133/2021.

**3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:**

**3.1. FUNDAMENTAÇÃO:** A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontram-se pormenorizada em Tópico específico do Documento de Formalização de Demanda, anexo aos autos do processo de dispensa de licitação.

**3.2. NECESSIDADE/JUSTIFICATIVA:** A presente contratação tem por objeto o fornecimento de óleo lubrificante PCI 10W30 para transmissão, destinado à manutenção preventiva e corretiva dos veículos e máquinas pertencentes à frota da Secretaria Municipal de Obras do Município de Pontão/RS. A aquisição justifica-se pela necessidade de garantir a

(54) 2560-0131

[pontão.rs.gov.br](http://pontão.rs.gov.br)

Av. Júlio Mailhos, 1613  
Pontão, RS, 99190-000



adequada lubrificação dos sistemas de transmissão dos veículos e equipamentos utilizados na execução dos serviços públicos essenciais, especialmente aqueles relacionados à conservação de vias, execução de obras e demais atividades operacionais da Secretaria Municipal de Obras. O uso contínuo da frota municipal implica desgaste natural dos componentes mecânicos, sendo indispensável a realização periódica de manutenção preventiva e corretiva, de modo a assegurar o bom funcionamento dos equipamentos, prolongar sua vida útil e evitar paralisações que possam comprometer a prestação dos serviços públicos à população.

A eventual interrupção das atividades da frota municipal pode ocasionar prejuízos significativos à Administração Pública, considerando que os veículos e máquinas são instrumentos essenciais para a execução das ações de infraestrutura e atendimento das demandas da comunidade.

A ausência desse insumo pode ocasionar paralisação dos veículos e máquinas, comprometendo o cronograma de serviços públicos e gerando prejuízos à Administração, tanto de ordem operacional quanto financeira. Além disso, a manutenção preventiva, mediante o uso de lubrificantes adequados, observa os princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público. Dessa forma, a contratação mostra-se necessária para garantir o pleno funcionamento da frota municipal, a continuidade dos serviços prestados pela Secretaria Municipal de Obras e o atendimento adequado às demandas da coletividade, preservando o patrimônio público e assegurando maior vida útil aos veículos e máquinas.

#### **4. PREVISÃO NO PCA**

O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, tendo em vista que este instrumento de governança ainda não tenha sido elaborado pelo Município de Pontão, entretanto o Município está em vias de elaboração de seu PCA.

#### **5. FUNDAMENTAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO**

É cediço que, em razão do ordenamento vigente, a licitação pública é obrigatória. No entanto, também é cediço que essa obrigatoriedade tem por finalidade a proteção do interesse público em razão da possibilidade da prática de atos imorais, atos esses evitados pela pessoalidade e que possam acarretar tratamento discriminatório não previsto em lei.

O objeto pretendido pela Administração e ora processado se caracteriza em hipótese dispensa de licitação, amparado no art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme parecer jurídico e justificativas presentes nos autos.

O motivo maior da existência da licitação pública é o respeito ao Princípio Constitucional da Isonomia, uma vez que o Contrato Administrativo decorrente da licitação pública vem ao final trazer benefícios econômicos ao contratado e, por esse motivo, todos aqueles potenciais interessados em contratar com a Administração Pública devem, nos termos da legislação vigente, ser tratados de maneira isonômica por parte da Administração Pública.

Neste sentido, a regra geral vigente no arcabouço jurídico pátrio é de que a contratação pública deve ser precedida de licitação pública, conforme a redação do art. 37, inciso XXI da Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB/1988, não deixando dúvidas o acima exposto. Entretanto, o próprio art. 37, inciso XXI, da CRFB de 1988 reza que podem existir casos previstos na legislação infraconstitucional em que a Administração Pública, respeitadas as formalidades legais, pode contratar de forma direta, conforme transcrição a seguir:

(54) 2560-0131

[pontao.rs.gov.br](http://pontao.rs.gov.br)

Av. Júlio Mailhos, 1613  
Pontão, RS, 99190-000



*Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

*[...]*

*XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.*

Em mesmo sentido, e conforme redação do art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, são autorizadas contratações de forma direta.

Desta feita, a rigor, as compras, serviços, obras, alienações e locações realizadas no âmbito da Administração Pública Brasileira serão precedidos de processo licitatório, conforme fixa o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal de 1988.

Nesse sentido, Niebuhr (2015, p. 123):

*[...] a licitação pública é obrigatória em tributo aos princípios regentes da Administração Pública, que visam proteger o interesse público de atos imorais, marcados pela pessoalidade e, com destaque, que imputem aos membros da coletividade tratamento discriminatório apartado da razoabilidade [...].*

Analisando o tema a doutrina pátria manifesta-se no mesmo sentido, conforme transcrição a seguir:

*O fato é que, de modo muito claro, a regra é a obrigatoriedade de licitação pública, e a exceção se refere aos casos especificados pela legislação, que, como visto, redundam em inexigibilidade e dispensa. Bem se vê que o constituinte atribuiu competência ao legislador para integrar o dispositivo, declinando os casos em que a licitação pública não se impõe. Entretanto, o constituinte não permitiu que o legislador criasse hipóteses de dispensa não plausíveis, pois, se assim tivesse procedido, este último poderia subverter a própria regra constitucional relativa à obrigatoriedade de licitação.*

Com efeito, as contratações diretas constituem exceções à regra geral e, como tal, somente podem ser realizadas nos estreitos limites fixados pela legislação vigente.

(54) 2560-0131

[pontão.rs.gov.br](http://pontão.rs.gov.br)

Av. Júlio Mailhos, 1613  
Pontão, RS, 99190-000



No arcabouço jurídico pátrio, existem duas possibilidades de contratação direta, quais sejam:

- a) por dispensa de licitação; ou**
- b) por inexigibilidade de licitação.**

Especificamente, para o caso em tela, o art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, autoriza a dispensa de licitação, porquanto prevê a dispensa de licitação para contratações que envolvam valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), atualizado pelo Decreto nº 12.807/2025, para R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos).

Dessa forma, a contratação da empresa **COTRISAL AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA**, inscrita no CNPJ nº 97.320.451/0052-98, por meio de dispensa de licitação, além de encontrar amparo na legislação vigente é a solução mais adequada para suprir a necessidade Secretária Municipal de Obras do Município de Pontão/RS.

## **6. ALTERNATIVAS DISPONÍVEIS NO MERCADO**

No levantamento de mercado, identificam-se diversas alternativas para atendimento da demanda de aquisição de óleo lubrificante 10W30 destinado à manutenção da frota de veículos e máquinas pertencentes à Secretaria Municipal de Obras, dentre as quais se destacam: a aquisição junto a empresas especializadas no fornecimento de lubrificantes automotivos; a compra por meio de concessionárias e distribuidores autorizados de marcas reconhecidas; e a contratação de fornecimento com entrega programada e suporte técnico incluso. Dentre as alternativas analisadas, a aquisição do óleo 10W30 junto a empresa especializada no fornecimento de lubrificantes automotivos mostra-se a mais vantajosa, em razão do melhor custo-benefício, da ampla disponibilidade de marcas homologadas e compatíveis com os veículos e equipamentos da frota, da garantia de procedência do produto e da pronta entrega, assegurando a continuidade dos serviços de manutenção preventiva e corretiva. As demais opções, embora viáveis, podem apresentar custos mais elevados, especialmente quando vinculadas a concessionárias autorizadas ou contratos que incluam serviços adicionais, como suporte técnico especializado e logística programada, o que pode elevar o valor final da contratação.

## **7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento de óleo lubrificante 10W30, destinado à manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos e máquinas pertencentes à Secretaria Municipal de Obras do Município de Pontão/RS. A presente solução contempla o atendimento integral da demanda por meio da aquisição direta do lubrificante, em entrega única, garantindo o adequado funcionamento dos motores e sistemas mecânicos dos veículos e equipamentos utilizados na execução dos serviços públicos. O óleo lubrificante 10W30 é especificado conforme as exigências técnicas dos fabricantes dos veículos e máquinas da frota, assegurando viscosidade adequada, proteção contra desgaste, resistência à oxidação, estabilidade térmica, limpeza interna do motor e melhor desempenho operacional, fatores indispensáveis para a conservação e vida útil dos equipamentos públicos. A escolha de

(54) 2560-0131

[pontao.rs.gov.br](http://pontao.rs.gov.br)

Av. Júlio Mailhos, 1613  
Pontão, RS, 99190-000



produto de marca reconhecida no mercado visa assegurar qualidade, confiabilidade e compatibilidade com as necessidades operacionais da frota municipal, reduzindo riscos de falhas mecânicas, superaquecimento, desgaste prematuro de componentes e paradas não programadas dos veículos e máquinas. A padronização do lubrificante também contribui para melhor controle de estoque, uniformidade dos procedimentos de manutenção e maior eficiência na gestão dos insumos utilizados pela Secretaria Municipal de Obras. Do ponto de vista operacional, a aquisição do óleo lubrificante 10W30 assegura a continuidade das atividades desempenhadas pelos veículos e máquinas da Secretaria Municipal de Obras, utilizados em serviços de manutenção de estradas vicinais, conservação de vias públicas, transporte de materiais, obras de infraestrutura e atendimento das demandas da população. A correta lubrificação dos motores é essencial para garantir o desempenho adequado da frota, evitando interrupções nos serviços públicos e reduzindo custos com manutenção corretiva. Sob o aspecto administrativo, a solução observa os princípios da eficiência, economicidade, planejamento e continuidade do serviço público, prevenindo desgastes prematuros dos equipamentos, ampliando a vida útil da frota municipal e evitando despesas futuras decorrentes de falhas mecânicas. Assim, a contratação proposta apresenta-se como medida adequada, necessária e suficiente para suprir a demanda identificada, garantindo a manutenção preventiva da frota municipal, a preservação do patrimônio público e a regular execução das atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Obras de Pontão/RS.

**8. DA CONTRATADA:** A empresa **COTRISAL AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA** inscrita no CNPJ nº 97.320.451/0052-98, será a contratada pelo Município de Pontão/Rs para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras, a escolha se deu com base nos princípios da economicidade, eficiência e atendimento ao interesse público, eis que após análise criteriosa de mercado, verificou-se que a empresa atende integralmente as exigências legais e administrativas da contratação, além de ter apresentado proposta mais vantajosa para a Administração, oferecendo o menor valor dentre as cotações realizadas. Dessa forma, considerando a necessidade da contratação, bem como a regularidade e a competitividade da proposta apresentada pela empresa, justifica-se a escolha da empresa **COTRISAL AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA** em consonância com os princípios da administração pública, em especial os da eficiência, economicidade e interesse público.

## 9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

O item tem natureza de bem comum, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

*XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;*

### 9.1 SUSTENTABILIDADE

Não será exigido critérios de sustentabilidade.

(54) 2560-0131

[pontao.rs.gov.br](http://pontao.rs.gov.br)

Av. Júlio Mailhos, 1613  
Pontão, RS, 99190-000



## **9.2 INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):**

Na presente contratação não será solicitado a indicação de marcas ou modelos específico.

## **9.3 VEDAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE MARCA/PRODUTO**

A Administração Pública Municipal não possui nenhuma vedação de marca/produto referente a este objeto.

## **9.4 DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA**

Não será necessário a apresentação de amostra.

## **9.5 SUBCONTRATAÇÃO**

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **9.6 GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

## **9.7 IMPACTOS AMBIENTAIS**

A aquisição não gera impactos ambientais significativos, pois se refere ao fornecimento de produtos de uso rotineiro na manutenção da frota municipal. O descarte de resíduos e embalagens seguirá a legislação vigente, com observância das normas de logística reversa e destinação final adequada.

## **10. FISCALIZAÇÃO:**

**10.1.** Nos termos do art. 117, III, Lei nº 14.133, de 2021, fica designado o Sr. Mauricio Fernando Muhl - Secretário Municipal de Obras, ou outra pessoa devidamente designada, para a função de acompanhar e fiscalizar a execução contratual.

**10.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 18 e 120 da Lei nº 14.133/2021.

**10.3.** O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **11. DO PAGAMENTO**

**11.1.** O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a entrega do produto e recebimento da Nota Fiscal devidamente assinada pelo servidor responsável pelo recebimento.

(54) 2560-0131

[pontao.rs.gov.br](http://pontao.rs.gov.br)

Av. Júlio Mailhos, 1613  
Pontão, RS, 99190-000



**11.2.** Nenhum pagamento isentará a contratada da responsabilidade pelo produto ou implicará em sua aceitação.

**11.3.** A nota Fiscal/Fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do contrato administrativo, a fim de acelerar o trâmite de recebimento do(s) bem(s) e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

## **12. DAS OBRIGAÇÕES:**

### **12.1. SÃO RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO:**

- a) Notificar a Contratada por escrito sobre imperfeições, falhas ou qualquer irregularidade encontrada no(s) produto(s) e/ou serviço(s).
- b) Aplicar as sanções regulamentares e contratuais à Contratada, quando necessário.
- c) Prestar informações e esclarecimentos atinentes ao objeto, conforme solicitado pela Contratada.
- d) Acompanhar a entrega do(s) produto(s) e/ou serviço(s), avaliando sua qualidade e, caso necessário, rejeitando-os com justificativa, sem prejuízo da responsabilidade da Contratada.
- e) Fornecer orientações necessárias e realizar os pagamentos conforme as condições acordadas.
- f) Exercer fiscalização ampla sobre o fiel cumprimento das obrigações estabelecidas neste termo, sem prejuízo da responsabilidade da Contratada.
- g) Designar responsáveis pela fiscalização e pelo acompanhamento da entrega do(s) produto(s) e/ou serviço(s) contratado(s).
- h) Atestar a nota fiscal/fatura após o recebimento definitivo do(s) produto(s) e/ou serviço(s) e encaminhá-la à área financeira para pagamento conforme as condições acordadas.
- i) Notificar a Contratada em caso de irregularidades ou descumprimento das obrigações contratuais.
- j) Garantir que o contratado aceite, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% do valor inicial atualizado do contrato, ou até 50% no caso de reforma de edifícios ou equipamentos.
- k) Aplicar o disposto na Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.234/2012, efetuando a retenção do Imposto de Renda sobre os pagamentos realizados, exceto para Pessoas Jurídicas optantes pelo SIMPLES NACIONAL e MEI, que estão isentas dessa retenção.
- l) Realizar a retenção do Imposto Sobre Serviços (ISS) na prestação de serviços, conforme legislação aplicável.

### **12.2. SÃO RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:**

- a) A contratada deverá cuidar da segurança de seu pessoal empregado na execução do contrato, obedecendo aos requisitos legais pertinentes, ficando a contratante e seus prepostos, isentos de qualquer responsabilidade com relação a eventuais acidentes de trabalho decorrentes da entrega, sejam eles de natureza civil ou criminal.
- b) A contratada responderá por danos, dolosa ou culposamente causada à contratante, a seus servidores ou a terceiros, na execução do fornecimento e pela má qualidade do objeto entregue, com exclusão da Contratante de quaisquer efeitos, para todos os fins, sejam eles de natureza civil ou criminal.
- c) O(s) serviço(s) e/ou produto(s) entregue(s) será(ão) avaliado(s) pela qualidade, podendo a

(54) 2560-0131

[pontão.rs.gov.br](http://pontão.rs.gov.br)

Av. Júlio Mailhos, 1613  
Pontão, RS, 99190-000



contratante recusar o recebimento.

**d)** A contratada deverá manter compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, inclusive aquelas relativas às especificações.

**e)** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do(s) produto(s), de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078, de 1990).

**f)** Comunicar por escrito a Administração, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar esclarecimentos que julgar necessário.

**g)** Acatar as determinações dos responsáveis pelo recebimento e conferência do(s) serviço(s) e/ou produto(s).

**h)** Arcar com todos os encargos decorrentes da presente contratação, especialmente os referentes a fretes, taxas, seguros, encargos sociais e trabalhistas.

**i)** Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, dentro do limite permitido pelo art. 125 da Lei 14.133/2021 do valor contratado inicialmente.

**j)** Realizar a entrega do(s) produto(s) e/ou serviço(s) no prazo indicado pela Contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal.

**k)** Abster-se de subcontratar total ou parcialmente o objeto deste contrato.

**l)** A contratada arcará com todos os encargos fiscais, trabalhistas, comerciais, tributários, seguros, transporte e demais custos decorrentes do contrato.

**m)** Os encargos incluem tributos, contribuições fiscais e parafiscais, mão de obra, administração, lucros, transporte de material e demais despesas acessórias.

**n)** Substituir o objeto avariado no prazo estabelecido ou, não sendo possível, indenizar o valor correspondente acrescido de perdas e danos.

**o)** Prestar informações sobre a utilização do objeto.

**p)** Responder pela qualidade, quantidade, validade, segurança e demais características do objeto, observando as normas técnicas.

**q)** Prestar garantia, manutenção e assistência técnica, caso exigidas no Termo de Referência.

**r)** Cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes.

**s)** Informar ao setor financeiro da Secretaria requisitante qualquer alteração de endereço, telefone, e-mail ou outros dados durante a vigência do contrato.

### **13. EXECUÇÃO DO OBJETO:**

**a)** A execução do objeto ocorrerá mediante fornecimento integral (entrega única) de 05 (cinco) baldes óleo lubrificante PCI 10W30, para transmissão, destinado à manutenção preventiva e corretiva dos veículos e máquinas pertencentes a frota da Secretaria Municipal de Obras do Município de Pontão/RS.

**b)** O fornecimento será realizado após o recebimento da Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente emitido pelo setor competente;

**c)** A empresa contratada deverá efetuar a entrega no prazo a ser estabelecido no instrumento convocatório ou contrato, junto à Secretaria Municipal de Obras ou em outro local previamente indicado pela Administração, dentro do Município;

(54) 2560-0131

[pontao.rs.gov.br](http://pontao.rs.gov.br)

Av. Júlio Mailhos, 1613  
Pontão, RS, 99190-000



- d)** Os produtos deverão ser entregues em conformidade com as especificações técnicas exigidas, em embalagem original, lacrada, contendo identificação do fabricante, número do lote, data de fabricação e prazo de validade;
- e)** A contratada deverá apresentar catálogo, ficha técnica ou especificação do produto ofertado, comprovando que o óleo atende a classificação e viscosidade PCI 10W30 e garantir que o produto seja original, de primeira linha, não adulterado e dentro do prazo de validade, responsabilizando-se integralmente pela qualidade do material fornecido;
- f)** Caso seja constatada qualquer irregularidade, defeito ou desconformidade com as especificações, a contratada deverá proceder à substituição do produto, no prazo máximo estipulado pela Administração, sem qualquer ônus ao Município;
- g)** O recebimento do objeto será realizado provisoriamente no ato da entrega, para verificação quantitativa e qualitativa, e definitivamente após a conferência e atesto do servidor responsável;
- h)** A fiscalização da execução do objeto será exercida por servidor designado pela Secretaria Municipal de Obras, a quem competirá acompanhar, supervisionar e atestar o fiel cumprimento das obrigações contratuais.

#### **14. MODELO DE GESTÃO DO OBJETO**

**14.1** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**14.2** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**14.3** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**14.4** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**14.5** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **15. HABILITAÇÃO:**

##### **15.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

- a)** Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- b)** Documento de identidade do dirigente, proprietário ou sócio com poderes de administração, nos termos do artigo 2º da Lei Federal n. 12.037/09.

(54) 2560-0131

[pontao.rs.gov.br](http://pontao.rs.gov.br)

Av. Júlio Mailhos, 1613  
Pontão, RS, 99190-000



### **15.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF) e no Cadastro nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal (Alvará de Localização ou Certidão de Inscrição Municipal), relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), estadual, e Municipal do local da sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- e) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

### **15.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

- a) Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento.

### **15.4. HABILITAÇÃO TÉCNICA:**

- a) Atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprovem o fornecimento de produtos compatíveis com o objeto desta contratação.

## **16. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO, REPACTUAÇÃO OU REAJUSTE GERAL**

**16.1.** Os preços poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços, nas seguintes situações:

- a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- c) serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
- d) poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

**16.2.** Adotar-se-á o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, para fins de reajuste geral de reposição.

## **17. SANÇÕES**

(54) 2560-0131

[pontao.rs.gov.br](http://pontao.rs.gov.br)

Av. Júlio Mailhos, 1613  
Pontão, RS, 99190-000



**17.1** A contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#);
- m) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- n) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- o) Deixar de apresentar amostra ou apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- p) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital e seus anexos
- q) Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- r) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- s) Induzir deliberadamente a erro no julgamento.

**17.2** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 17.1 deste, as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**17.3** As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 17.2. do presente poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

**17.4** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 17.2 do presente.

**17.5** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

(54) 2560-0131

[pontao.rs.gov.br](http://pontao.rs.gov.br)

Av. Júlio Mailhos, 1613  
Pontão, RS, 99190-000



**17.6** A aplicação das sanções previstas no item 17.2. deste não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**17.7** Na aplicação da sanção prevista no item 17.2, alínea “b”, do presente, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**17.8** A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**17.9** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

**17.10** Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

**17.11** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**17.12** É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) Reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) Pagamento da multa;
- c) Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

**17.13** A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 17.1 do presente exigirá como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

**17.14** Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida.
- b) As peculiaridades do caso concreto.
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública.
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

(54) 2560-0131

[pontao.rs.gov.br](http://pontao.rs.gov.br)

Av. Júlio Mailhos, 1613  
Pontão, RS, 99190-000



## 18. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**18.1.** O dispêndio financeiro decorrente da contratação ora pretendido decorrerá das seguintes dotações orçamentárias:

0701 26 782 0122 2044 15601.9 FROTAS OBRAS

0701 26 782 0122 2044 33903000000000 1500 O 15626.4 MATERIAL DE CON

0701 26 782 0122 2044 33903001000000 1500 E 15632.9 COMBUSTIV. E LUB

Pontão/RS, em 29 de maio de 2026.

---

**Aline Ritterbusch Höring**  
Responsável pela elaboração do Termo de Referência

(54) 2560-0131

**[pontao.rs.gov.br](http://pontao.rs.gov.br)**

Av. Júlio Mailhos, 1613  
Pontão, RS, 99190-000